

**OS ORIXÁS CONTEMPORÂNEOS E A CIDADE INVISÍVEL. POTÊNCIAS DA CIDADANIA
PELO DESENVOLVIMENTO DE UMA SENSIBILIDADE URBANA**
*URBAN ORISHAS AND INVISIBLE CITY. POWERS OF CITIZENSHIP BY DEVELOPING AN URBAN
SENSIBILITY*

André Leonardo Copetti Santos¹

Sumário: 1 Bosquejo da disposição investigativa. 2 A sensibilidade amalgamadora da cidade antiga. 3 A fragmentação da cidade e da “cidadania” medieval pelo elemento (ir)racional econômico. 4 A permanência dos elementos medievais nas cidades moderna e contemporânea. 5 Veredas de democratização da materialidade, da sociabilidade e da sensibilidade urbana. 5.1 A materialidade das cidades e o sistema econômico capitalista. 5.2 Uma sociabilidade política rizomática para um novo modelo de tomada de decisões coletivas. 5.3 Uma cidade sensível para religar os sentidos no espaço urbano. 6 Precisamos instituir nossos orixás, instrumentalizar nossos cultos e construir nossos templos. Instrumentos para a concretização do direito a uma cidade sensível. Referências.

Resumo: O presente trabalho tem como eixo temático central a proposição de que o exercício da cidadania, em sua máxima plenitude possível, depende fortemente de uma concretização do direito fundamental à cidade, compreendido como possibilidades de acesso à sua materialidade e de desenvolvimento de uma sociabilidade, mas, também, fundamentalmente, de potencialização de espaços de sensibilidade estética, livre de controles sociais institucionalizados, a partir dos quais construímos imaginariamente nossos lugares invisíveis de conforto e pelos quais abrimos simbolicamente nossos territórios urbanos.

Palavras-chave: Cidadania. Cidade. Sensibilidade. Controle social.

Abstract: The present paper has as central theme the proposition that the exercise of citizenship in its maximum fullness possible, depends heavily on a realization of the fundamental right to the city, understood as opportunities for access to its materiality and development of sociability, but also, fundamentally, potentiation spaces of aesthetic sensibility, free from institutionalized social controls, from which we build imaginarily our invisible places of existential comfort and by which we open symbolically our urban territories.

Keywords: Citizenship. City. Sensibility. Social control.

1 Bosquejo da disposição investigativa

As cidades são os principais espaços geopolíticos de organização social e de estruturação existencial de cada um de nós. Em sua materialidade, em sua estrutura, em suas múltiplas dinâmicas é produzida a maior parte das riquezas, são cristalizadas as instituições, são engendradas as sociabilidades políticas, é onde atuam, manifesta ou silenciosamente, os sistemas e os controles sociais. É, por um outro circuito de palavras, no âmbito da cidade onde se coagulam as mais diferentes dimensões do mundo da vida. Há outras extensões onde indivíduos, grupos, instituições, sistemas etc. se manifestam, mas, longe de qualquer hesitação, a cidade é o principal lugar de suas emergências.

Se não estamos em uma cidade estamos noutra, e os espaços intermunicipais são espaços de passagem. A maior parcela da concretização da nossa cidadania está vinculada à nossa condição de cidadão, de portarmos um *ethos* urbano, por vivermos praticamente toda nossa vida em cidades, por nos deslocarmos de cidade para cidade, em nossos trânsitos (*trans*, do latim “além”, “além de”; *ictus*, também do latim “ponto”), que nada mais são do que nossos desejos urbanos, por suas materialidades, por suas sociabilidades, por suas sensibilidades. Fundamentalmente, nossos desejos por suas sensibilidades condensadas em suas histórias, em suas durações, em seus costumes que saturam o vazio ou suavizam a

¹ Graduado em Direito pela Universidade de Cruz Alta (1988), mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999) e doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004). Atualmente é professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIJUÍ, IJUÍ, RS e do Programa de Pós-Graduação em Direito da URI, Santo Ângelo, RS. Coordenador Executivo do PPGD/URISAN. Editor da Revista Científica Direitos Culturais. Membro do Instituto de Hermenêutica Jurídica. Avaliador “ad hoc” do Ministério da Educação. Membro fundador da Casa Warat Buenos Aires e da Editora Casa Warat.

dureza da pura materialidade. Desejos que, à medida que vamos envelhecendo, tornam-se recordações, acomodações das pulsões de nossa alma e de nosso corpo por cidades.

Somos, antes de tudo, de algum lugar, de alguma cidade. Ou de lugares nas cidades. Os antigos identificavam os indivíduos em seus nomes por sua filiação paterna e pela cidade de origem (p. ex., Heráclito de Éfeso, Tales de Mileto, Aristipo de Cirene etc.). Somos de alguma cidade que nos ultrapassa e cuja forma nos “enforma”. De uma cidade que se constitui por sedimentações sucessivas e que conserva a marca das gerações que a modelaram. Todas as coisas pelas quais a cidade se torna cidade, visível ou invisível. A cidade que nos une aos outros e provê a informação e a sensibilidade necessárias para toda vida em sociedade.

Há um elemento estático na cidade – sua materialidade – do qual emerge, pela ação sensível dos indivíduos, a vida, a cidade invisível, formada por contos e lendas, histórias que fazem dos indivíduos quem eles são, em seus processos de subjetivação identitária e que lhe dão modelos a imitar, ou exemplos a seguir.

A dinâmica dos espaços municipais é notadamente não só marcada por fatores funcionais, produtivos ou tecnocráticos, mas também de outros elementos, tais como as representações, os símbolos, a memória, os desejos e os sonhos dos que neles habitam. É da superposição contínua e renovadora de todos estes ingredientes que se estrutura e se movimenta toda e qualquer cidade, em sua materialidade, em sua sociabilidade, em sua sensibilidade. Lévi-Strauss, em sua obra “Tristes Trópicos” (1955), assinala os misteriosos fatores que nutrem a matéria das cidades. Para ele, “O espaço possui seus valores próprios, assim como os sons e os perfumes têm uma cor e os sentimentos um peso”. Quanto a isto, diz Lévi-Strauss que

Por lo tanto, y no sólo metafóricamente, tenemos el derecho de comparar, como tan a menudo se ha hecho, una ciudad con una sinfonía o con un poema: son objetos de la misma naturaleza. Quizá más preciosa aún, la ciudad se sitúa en la confluencia de la naturaleza y del artificio. Congregación de animales que encierran su historia biológica en sus límites y que al mismo tiempo la modelan con todas sus intenciones de seres pensantes, la ciudad, por su génesis y por su forma, depende simultáneamente de la procreación biológica, de la evolución orgánica y de la creación estética. Es a la vez objeto de naturaleza y sujeto de cultura; es individuo y grupo, es vivida e imaginada: la cosa humana por excelencia.²

Reforçamos essa perspectiva de Lévi-Strauss, importante para os fins a que nos propomos nos limites deste texto, com duas outras visões muito próximas acerca das dimensões que compõem a cidade. Referimo-nos especificamente à percepção da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, de que a cidade é materialidade, sociabilidade e sensibilidade, bem como ao ponto de vista de Vilén Flusser, que se refere à cidade como sendo composta de três espaços necessários: o privado, o político e o cultural.

Para Pesavento, além de ser uma *materialidade* erigida pelo homem, uma ação humana sobre a natureza, algo criado pelo homem, como uma obra ou artefato seu, por cuja visualização reconhecemos, imediatamente, estar em presença do fenômeno urbano, visualizado de forma bem distinta da realidade rural, a cidade, na sua compreensão, é, numa segunda dimensão, também *sociabilidade*, pois ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade, neste aspecto, é obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. A estas duas dimensões agrega-se uma outra. A cidade é, ainda, numa terceira aproximação, sem ordem de precedência ou hierarquização entre elas, *sensibilidade*. Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a um princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades, assim, pressupõem a construção de um *ethos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de *urbano*. Neste sentido, a cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.³

Próxima dessa concepção de Pesavento está a reflexão de Flusser, conforme exposta por Bárbara Freitag em sua obra “Cidade dos Homens”. A cidade, para Flusser, remetendo a um sentido “proto-

² LÉVI-STRAUSS. Claude. **Tristes Trópicos**. Buenos Aires: Paidós, 1988, p. 125.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, versão *on line*, vol. 27, n. 53. São Paulo, janeiro/junho, 2007.

histórico”, compõe-se de três espaços necessários: o privado (a casa, o *oikos*), o político (a praça pública, a ágora) e o cultural (o templo, o lugar do culto religioso). Para o filósofo tcheco, somente a síntese desses três espaços configura a vida urbana, a vida civilizada propriamente dita. Espaços coletivos que se não apresentarem estes elementos, não podem, para ele, ser considerados cidades, mas simples conglomerados urbanos ou assentamentos.⁴

Sobre o que é preciso deitar os olhos entre as construções de Lévi-Strauss, de Pesavento e de Flusser, em relação aos elementos que compõem a cidade, refere-se a um espaço de interseção entre suas reflexões: o elemento sensível que compõe a cidade, que possibilita o acontecimento do amálgama entre a tragédia quente e viva das existências e a frieza da materialidade das alamedas escamadas de paralelepípedos; os atalhos que se abrem por entre a certeza dos prédios e das pedras e as irresoluções das pulsões, dos desejos e dos caminhos existenciais.

Partindo da existência de um elemento sensível, espiritual, que dá fusão às singularidades existenciais na multiplicidade orgânica que constitui a cidade, a microtese que aqui colocamos é que o exercício da cidadania, em sua máxima plenitude possível, depende fortemente de uma concretização do direito fundamental à cidade, compreendido como possibilidades de acesso à sua materialidade e de desenvolvimento de uma sociabilidade, mas, também, fundamentalmente, e este é o foco principal do trabalho, de potencialização de espaços de sensibilidade estética a partir dos quais construímos imaginariamente nossos lugares invisíveis de conforto existencial e pelos quais abrimos nossos territórios no mundo da vida desde uma perspectiva ética. O espaço urbano estético como propulsor de um modo de ser urbano ético.

Uma das questões que entendemos deva ser inevitavelmente enfrentada, para possibilitar a arquitetura desses espaços sensíveis na cidade, refere-se ao modelo de controle social vigente, determinante das ações políticas constituintes dos espaços urbanos. O modelo hegemônico de controle social sobre a constituição dos espaços da cidade e, por consequência, demarcador das suas possibilidades engendradoras/organizativas é um modelo arborescente, prioritariamente fixado e centralizado numa unidade principal que é o Estado, em suas diferentes dimensões federativas, desenvolvido dentro de uma ordem pivotante, estabelecida de um pensamento urbano unificado, que tem ajustado as cidades aos propósitos impostos pela globalização financeira. Adequadísimas, nesse aspecto, são as palavras de Acsehrad, para quem “A cidade do “pensamento único” é, consequentemente, a cidade do “ambiente único” – o ambiente dos negócios”.⁵

Exemplo claro do que estamos falando são todas as construções, reconstruções e reformulações que estão sendo realizadas nas principais cidades brasileiras, em cumprimento às exigências inegociáveis de uma organização privada – a FIFA –, com altíssima lucratividade, estabelecidas como condições incontornáveis para que o Brasil possa sediar o principal evento-negócio promovido por essa empresa. Estádios públicos e privados sem a menor necessidade social, aeroportos, obras viárias, obras de urbanização e um sem número de outras construções foram exigidas peremptoriamente pela FIFA. Chegou-se ao cúmulo de o Estado, num movimento político completamente distanciado dos interesses populares, aprovar uma Lei Geral da Copa, onde inúmeras demandas dessa empresa privada foram assumidas estatalmente. Sem falar das liberações de recursos públicos, diretos e através de financiamentos tomados por organizações e empresas privadas, junto a bancos públicos, para custear construções de obras estritamente privadas.

As populações foram completamente desprezadas nessa tarefa de reabilitação de suas cidades e no exercício da dimensão mais básica da cidadania, qual seja, a participação nas decisões coletivas de seus espaços existenciais. Essas decisões relativas à remodelação do espaço urbano brasileiro, em função da Copa do Mundo de 2014, resultaram da funcionalidade de um modelo de controle social hierarquicamente estatalizado, e foram quase que totalmente determinadas por razões de mercado.

Essas ações recentes em relação às cidades brasileiras não resultaram de critérios de adequação ao objetivo de construir uma sociedade autônoma e equilibrada no controle de si e de seu destino, pois foram amplamente desdenhados os mecanismos de participação popular e de controle coletivo de aplicação de recursos.

Com a manutenção de um sistema arborescente, centralizado, hierarquizado de controle social sobre as ações relacionadas à cidade, será impossível construirmos cidades sensíveis esteticamente que possibilitem o exercício da cidadania em sua máxima plenitude possível. As cidades de negócios são

⁴ FLUSSER, Vilém *apud* FREITAG, Bárbara. **Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, p. 127.

⁵ ACSELRAD, Henri. Introdução. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A Duração das Cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 38.

idades insensíveis e excludentes e os modelos de controle social arborescentes, centralizados, hierárquicos, sejam negativos, sejam positivos, que têm sido determinantes na constituição dos espaços urbanos nas cidades contemporâneas, estão muito mais suscetíveis à ação do sistema capitalista de produção da riqueza, principal elemento causal da destruição dos ingredientes e espaços sensíveis das cidades contemporâneas.

A ideia a ser desenvolvida adiante consiste na proposição de que no lugar desse modelo arborescente, centralizado, hierárquico, necessariamente temos que pensar formas de controle da constituição dos espaços da cidade que priorizem o diálogo na multiplicidade, dentro de uma dinâmica de realização rizomática, aberto às sensibilidades das singularidades, sem pontos ou posições estruturais significantes que determinem um crescimento sempre verticalizado, hierárquico, numa descendência arborescente.

Devemos pensar, isto sim, num desenvolvimento em dimensões que se conectem sempre provisoriamente, através de linhas que não parem de se remeter umas às outras. Talvez, uma das características mais relevantes de um novo modelo de (des) controle social dos processos de constituição dos espaços urbanos e, portanto, de nossos espaços vitais por excelência, de modo a permitir uma permanente emergência de sensibilidades cidadinas, seja a de ter sempre múltiplas entradas, mas também múltiplas possibilidades de desterritorialização das decisões coletivas, como condições de possibilidade de uma permanente metamorfose reestruturadora, sensível.

Com possibilidades totalmente opostas ao País e aos Estados-Membros ou Províncias, que se constituem em sistemas centrados, de comunicações hierárquicas e ligações preestabelecidas, por canais de transmissão predeterminados, e que se comportam como centros de significação e subjetivação, as cidades, numa perspectiva rizomática, se apresentam como possibilidades de acentramento, em que as iniciativas locais podem ser efetivamente articuladas a partir das multiplicidades, independentemente dos possíveis fascismos totalmente insensíveis das instâncias centrais.

2 A sensibilidade amalgamadora da cidade antiga

Segundo Foustel do Coulanges, havia dois significantes diferentes para nomear o espaço urbano antigo: *cidade* e *urbe*. A primeira palavra, originária do latim *civitas*, *civitatis*, era utilizada quando se fazia referência à associação religiosa e política das famílias e das tribos; a segunda, significava o local de reunião, o domicílio, o santuário dessa associação.⁶

Uma *urbe*, entre os antigos, não se formava com o passar do tempo, através de um lento crescimento do número de homens e de construções. Fundava-se uma *urbe* inteira de uma só vez, em um dia. Porém era preciso que a *cidade* fosse primeiramente constituída, e ela era a obra mais difícil e normalmente a mais longa. Uma vez que estava previsto que as famílias, as fratrias e as tribos se unissem e tivessem o mesmo culto, logo se fundava uma *urbe* para ser o santuário desse culto comum. Além disso, a fundação de uma *urbe* era sempre, ela mesma, um ato religioso.⁷

A ideia antiga central sobre a qual se constituiu o termo *urbe* está mais próxima à perspectiva geopolítica moderna, ainda vigente contemporaneamente, referindo-se mais especificamente à estrutura de recepção para a associação estabelecida por famílias, fratrias e tribos. Já a ideia traduzida pelo significante *civitas* aponta para um elemento espiritual, sensível que permeava o imaginário social dos povos daquela época, e que era simbolizado através de uma estrutura material denominada *urbe*, na qual se amalgamava a junção física dos grupos humanos.

Na obra “Paideia”, do helenista alemão Werner Jaeger, essa noção fica ainda mais clara, ao referir-se ele ao fato de que só na *polis* se pode encontrar aquilo que abrange todas as esferas da vida espiritual e humana e determina de modo decisivo sua estrutura. Descreve Jaeger que, no período primitivo da cultura grega, todos os ramos da atividade espiritual brotam diretamente da raiz unitária da vida em comunidade. Para Jaeger, descrever a cidade grega é descrever a totalidade da vida dos Gregos. A *polis* foi, sem dúvida, o marco social da história da formação grega, e é em relação a ela que temos de situar todas as obras da “literatura”, até o fim do período ático.⁸

A presença desse elemento espiritual, sensível, que reunia famílias, fratrias e tribos, anterior à fundação da estrutura física da cidade, pode ser facilmente percebido pela forte expressão que o espírito

⁶ COULANGES, Foustel. **A Cidade Antiga**. 1. ed. 4 reimpr. 2V. v. 1. Curitiba: Juruá, 2008, p. 118.

⁷ *Idem*, p. 119 e segs.

⁸ JAEGER, Werner. **Paideia**. A formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 107.

da *polis* teve, de acordo com Jaeger, primeiro na poesia e logo a seguir na prosa, e determinou permanentemente o caráter da nação.⁹

O que é importante reter: o elemento espiritual invisível, subterrâneo, subliminal que permitiu a forma da cidade antiga; o componente agregador vital para os indivíduos da antiguidade. Foi ele que modelou uma unicidade, deixando a cada elemento sua autonomia, sem deixar de constituir uma inegável organicidade, onde luz e sombra, funcionamento e desfuncionamento, ordem e desordem, visível e invisível entraram em sinergia originando a cidade e seus espaços de cidadania. Foi nessa face oculta (religião) onde se encontrou o verdadeiro sentido que se manifestou na visibilidade da cidade.

Da invisibilidade de alguns elementos, que só se fizeram visíveis na forma da cidade, fez-se possível a comunhão de indivíduos, de grupos, de fraternias, de tribos de modo a gerar um processo de “enformação” da cidade em sua materialidade. Se não houvesse tal amálgama espiritual, não haveria a materialidade nem a sociabilidade da cidade antiga. Com efeito, não é possível compreender os mecanismos de proximidade, a “estranha” pulsão que nos impele a “viver em bando”, caso não tenhamos em mente que existe um forte vínculo invisível, imaginário, interior entre os indivíduos. Algo de imaterial confortando a materialidade de *estar-junto* nas cidades.

Precisamos reconhecer que esses elementos invisíveis de amalgamação dos indivíduos na forma da cidade são o que poderíamos chamar de grandes constantes em torno das quais vão agregar-se os eventos, as situações, as personalidades, as maneiras de pensar num dado tempo. A religião no caso da antiguidade foi de alta gravidade nas determinações epocais. A forma da cidade antiga é a expressão, a acentuação desse aspecto dominante constituído sobre um substrato psíquico que conferiu à cidade antiga todo o seu sentido, e, conseqüentemente, as condições, nessa forma, de concretização da cidadania.

A religião foi, assim, o ingrediente aglomerante, o excipiente num primeiro momento da própria família e, posteriormente, o paradigma determinador da união de famílias, fraternias, tribos, o que levou à constituição da cidade antiga. A religião foi a forma simbólica formante da sociedade e da cidade antiga, o elemento de religação. Em suma, a religião foi o algo invisível que deu sustentação ao visível da cidade. Trata-se do mistério da conjunção que existe, de modo não consciente, nas “representações coletivas” (Lévy-Bruhl), ou na “consciência coletiva” (Durkheim). Algo próximo ao resíduo, no sentido de Vilfredo Pareto, isto é, algo que se enraíza profundamente na matéria individual e coletiva. A religião foi algo tão determinante na estruturação da cidade antiga que praticamente todos os seus ritos coletivos giraram em torno do elemento religioso. A religião na antiguidade foi, assim, algo que permite compreender as surpreendentes agregações sociais, os encontros afetivos, as afinidades eletivas, as correspondências naturais, numa palavra, a sensibilidade “ecológica”, da qual não se pode negar a importância hoje em dia. A religião era os misteriosos fatores que nutrem a matéria das cidades, conforme Lévi-Strauss, o ingrediente sensível de Pesavento, o elemento cultural de Flusser. O que podemos observar, enfim, em relação à constituição da forma da cidade antiga é a existência de elementos determinantes para além da lógica racional que caracteriza a cidade e a cidadania modernas.

Esse compartilhamento de um não lógico passa a sofrer uma lenta esclerose na Idade Média, prolongando-se fortemente até nossos dias. Perdeu-se, assim, boa parte dessa dinâmica que estabeleceu o mistério da conjunção da cidade antiga. Contemporaneamente, o cimento da vida cotidiana nas cidades, constituído pelas participações afetuais, emocionais e estéticas, tem sofrido um processo de corrosão que atinge diretamente o exercício da cidadania.

3 A fragmentação da cidade e da “cidadania” medieval pelo elemento (ir)racional econômico

Uma rápida síntese cronológica da cidade medieval pode ser assim estruturada: com o fim do Império Romano, as cidades antigas declinaram; nos primeiros tempos da Idade Média, nos séculos IX e X, a cidade sobrevive como cidade episcopal, governada por bispos;¹⁰ os séculos XI e XII assistem a um ressurgimento das cidades como centros de comércio internacional e de transações econômicas e, mais genericamente, para usar a expressão de Braudel, como “postos avançados da modernidade”, uma coleção de regras, possibilidades, cálculos. Essas cidades davam corpo a um embate por soberania, não apenas nas múltiplas soberanias que marcaram a política econômica do período medieval, mas também nas tentativas das cidades de se tornarem “estados dentro do Estado”.¹¹ No século XVIII, essa luta havia sido resolvida em favor de uma estrutura política caracterizada por um centralismo barroco incorporado em um Estado

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ PIRENNE, H. *Medieval Cities*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1925, p. 217.

¹¹ PIRENNE, H. *Medieval Cities*, p. 288.

nacional, no qual os privilégios de “cidadania” eram obtidos não da cidade, mas do príncipe, e podiam ser exercidos em qualquer lugar do reino.¹²

A primeira anotação importante sobre essa cronologia pode ser construída sobre a percepção de que o ressurgimento da cidade medieval, nos séculos XI e XII, dá-se sob a potência de novos elementos amalgamadores, totalmente diversos daquele ou daqueles que haviam determinado o acontecimento da cidade antiga. Enquanto nesta a condensação do espaço urbano foi determinada por um forte elemento sensível, originado a partir da religião doméstica e privada, naquela o componente de conjunção foi econômico, especialmente o comércio.

Se há dúvidas quanto ao sentido do influxo entre cidade medieval e comércio, seja, por exemplo, considerando o argumento de Pirenne¹³ de que o renascimento econômico do século XII levou à formação de “cidades livres”, seja, em sentido contrário, com a tomada em conta do argumento de Mumford,¹⁴ de que foi o reaparecimento “da cidade protegida” que ajudou a reabertura das rotas comerciais internacionais, o certo é que o vínculo entre a cidade medieval e o comércio global é inquestionável. Consideremos, por exemplo, sobre este aspecto, a extensa análise sociológico-econômica realizada por Max Weber acerca da cidade medieval em sua obra “Economia e Sociedade”.¹⁵

Por outro lado, a dissipação do elemento sensível na cidade medieval, especialmente na cidade ocidental, também pode ser creditado a uma associação causal entre o elemento econômico, surgido a partir da Revolução Comercial, e o processo de fragmentação geopolítica iniciado com a erosão do Império Romano já no século V de nossa era. Estes dois componentes históricos geraram uma sociedade com lugares sociais marcados, onde os diferentes estratos sociais não podiam se comunicar e onde o poder era exclusivamente ocupado por camadas privilegiadas bem determinadas. A sociedade medieval era, utilizando uma fórmula de Hegel, uma poliarquia, onde quase todas as funções que o Estado Moderno reclama para si, achavam-se então repartidas entre os mais diversos portadores: a igreja, o nobre proprietário de terras, os cavaleiros, as cidades (as corporações) e outros privilegiados... A mesma jurisdição à qual estamos acostumados a considerar como a mais antiga das funções do Estado, havia passado em boa medida a mãos privadas.¹⁶

Essa configuração sociopolítica vai se refletir integralmente na constituição dos espaços urbanos e, fundamentalmente, na própria ideia de cidadania ou, melhor situando a questão em termos epocais medievais, na ideia de não cidadania. A cidade medieval, diferentemente da cidade antiga, surge com formas fragmentadas e dispersas, constituídas por enclaves fechados e espaços exclusivos, ligados ao clientelismo centrado na figura do bispo, por exemplo) ou ao pertencimento a associações (como a guilda), e em ambos os casos trata-se eminentemente de proteção.¹⁷

Uma outra característica que determina uma diferença diametralmente oposta entre os espaços geopolíticos antigo e medieval centra-se no fato de que a Idade Média é um período histórico inicialmente dominado por formas de sociabilidade predominantemente rurais,¹⁸ mas que, num processo lento e gradual, por forte influência das corporações de mercadores, especialmente acontecido dentro dos burgos, sofre um deslocamento de seus centros de poder do campo para a cidade.¹⁹

Nos primórdios do feudalismo, a terra, sozinha, constituía a medida da riqueza do homem. Com a expansão do comércio, surgiu um novo tipo de riqueza – a riqueza em dinheiro. No início da era feudal, a riqueza era inativa, fixa, imóvel; com a potencialização do comércio nas cidades torna-se ativa, viva, fluída. No início da era feudal, os sacerdotes e guerreiros, proprietários de terras, achavam-se num dos extremos da escala social, vivendo do trabalho dos servos, que se encontravam no outro extremo. A cidade da Alta Idade Média é um espaço urbano decadente, especialmente em função da destruição do Império Romano que, em termos urbanos, representou um avanço civilizatório muito significativo. Basta ver, por exemplo, as obras públicas romanas como os aquedutos, as vias, os prédios públicos etc.

Com a intensificação da atividade comercial, um novo grupo surge – a classe média, vivendo de uma forma nova, da compra e venda. No período feudal, a posse da terra, a única fonte da riqueza,

¹² MUMFORD, L. **The city in the history**. New York: Harbinger Books, 1961, p. 255.

¹³ PIRENNE, H. **Medieval Cities**, p. 217.

¹⁴ MUMFORD, L. **The city in the history**, p.255.

¹⁵ WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. 12. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 938 e segs.

¹⁶ CUEVA, Mario de la. **La Idea del Estado**. 5. ed. México: Fondo de Cultura Económica/Universidad Nacional Autónoma de México, 1996, p. 35.

¹⁷ ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. **Modernidade Medieval**. Cidadania e urbanismo na era global. Tradução de Joaquim Toledo Jr. *In*: **Novos Estudos**, n. 85, novembro, 2009, p. 107.

¹⁸ Ver a respeito BEDIN, Gilmar. **A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno**. Aspectos Históricos e Teóricos. Ijuí: Editora Unijuí, 2008, p. 18 e segs.

¹⁹ Ver a respeito WEBER, Max, **Economia y Sociedad**, p. 942-943.

implicava um poder de governar para o clero e a nobreza. Com a Revolução Comercial, a posse do dinheiro, uma nova fonte de riqueza, trouxe consigo a partilha no governo, para a nascente classe média.²⁰

Um dos efeitos mais importantes do aumento no comércio foi o crescimento das cidades. Sem dúvida, antes da Revolução Comercial, havia certo tipo de cidades. Cidades construídas como centros militares e judiciais, onde se realizavam julgamentos e onde havia bastante movimento. Entretanto, eram cidades rurais, sem privilégios especiais ou governo que as diferenciavam. Mas as novas cidades que se desenvolveram com a intensificação do comércio, ou as antigas cidades que adotaram uma vida nova sob tal estímulo, adquiriram aspectos diferentes. A força expansiva que atuou nas cidades medievais, em razão da potencialização do comércio, a partir da Revolução Comercial, criou espaços urbanos altamente exclusivos que privilegiaram, mais que a nenhuma outra, a classe dos comerciantes. A ruptura entre a característica rural da Alta Idade Média para o urbano da Baixa é um fenômeno cuja causalidade é fortemente vinculada ao crescimento econômico dos burgueses e a constituição da cidade, por estes, como seu espaço negocial e existencial privilegiado, seja por motivos de busca de liberdade, seja por motivos de proteção em relação às usurpações dos senhores feudais, cujos centros de poder eram altamente ruralizados.

Na recapitulação dos acontecimentos que marcaram o estabelecimento da sociedade feudal, veremos que a expansão do comércio, trazendo em consequência o crescimento das cidades, habitadas, sobretudo, por uma classe de mercadores que surgia, logicamente conduziu a um conflito entre o novo urbano e o velho rural; entre a atmosfera aprisionadora da primeira fase do medievo (Alta Idade Média) e a atmosfera libertadora das cidades gerada pelo comércio.

A vida na cidade era diferente da vida no feudo e novos padrões tinham de ser criados. A população da cidade queria liberdade. Queria ir e vir quando lhe aprouvesse. A população da cidade desejava a liberdade da terra, fazer seus próprios negócios, desvinculados do velho sistema feudal de “arrendamento”. Os habitantes da cidade desejavam proceder a seus próprios julgamentos, em seus próprios tribunais, pois eram contrários às cortes feudais vagarosas. Desejavam também fixar seus impostos, a sua maneira, empenhando-se em abolir taxas para melhor empreender seus negócios. Em suma, as cidades desejavam libertar-se das interferências à sua expansão, e depois de alguns séculos o conseguiram. O grau de liberdade variava consideravelmente, de forma que é difícil apresentar um quadro geral dos direitos, liberdade e organização tanto da cidade medieval quanto do feudo. Havia cidades totalmente independentes, como as cidades-república da Itália e Flandres; havia comunas livres com graus diversos de independência; e havia cidades que apenas superficialmente conseguiram arrebataram uns poucos privilégios de seus senhores feudais, mas na realidade permaneciam sob seu controle.²¹

Algumas observações a respeito da constituição do espaço urbano medieval e da “cidadania” nele exercida são importantes. Primeiro, é incontornável a constatação da influência do desenvolvimento do comércio na modelagem de um espaço geopolítico que transita do rural para o urbano. Segundo, sendo o elemento econômico o fator determinante dessa reconfiguração do espaço urbano medieval, é inevitável constatar que há, no mínimo, para ser eufêmico, uma dissipação da sensibilidade amalgamadora da cidade, tal como ocorreu na antiguidade com o elemento religioso. Terceiro, a cidade medieval, constituída ou reformulada pela nova dinâmica comercial imposta pela Revolução Comercial e pela ação das corporações de comerciantes, perde sua unidade sensível em benefício de uma razão econômica. Quarto, esta razão econômica determina a ocupação e a distribuição dos espaços da cidade, sendo a nova classe emergente – os burgueses comerciantes – os principais beneficiados no processo de distribuição de bens sociais, especialmente o acesso ao poder político. Quinto, em termos de organização do espaço urbano medieval e de exercício da “cidadania” nessa época, há uma fragmentação econômica, social e política, que se reflete intensamente na constituição de espaços urbanos altamente exclusivos e excludentes, sendo a “cidadania medieval” mais um espaço resultante da evolução econômica dos burgueses comerciantes do que propriamente resultado de um processo civilizatório que tenha se estendido a todas as camadas da população.

Numa sùmula desse processo de constituição do espaço urbano medieval e das condições de exercício da “cidadania”, é possível fazermos a afirmação de que na luta pela conquista da liberdade na e pela cidade, tentando confirmar o argumento de Pirenne antes exposto, acerca da formação das cidades livres, os mercadores assumiram a liderança dessa luta por liberdade, pois constituíam o grupo mais poderoso e lograram para suas associações e sociedades todos os tipos de privilégios. Entretanto, um dos

²⁰ HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homen**. Trad. Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 37 e segs.

²¹ HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homen**, p. 37 e segs.

resultados mais visíveis disso foi a perda de uma dimensão sensível na cidade medieval e a consequente constituição de espaços urbanos fragmentados e excludentes em relação aos indivíduos que não pertenciam à nova classe de mercadores.

4 A permanência dos elementos medievais nas cidades moderna e contemporânea

Dois questões de alta relevância que se põem, por si só, em relação aos espaços urbanos da modernidade e da contemporaneidade, dizem respeito a como interpretar a paisagem urbana de hoje e como, a partir disso, podemos projetar o acontecimento de uma cidadania pautada pela melhoria da qualidade de vida dos habitantes das cidades. Terão as cidades moderna e contemporânea evoluído linearmente em relação às cidades antiga e medieval quando falamos em qualidade de vida de seus habitantes? Houve um processo civilizatório humanizador e inclusivo em termos de espaço urbano? A materialidade e a sociabilidade das cidades moderna e contemporânea foram constituídas a partir de sensibilidades das pessoas que constituem suas populações ou os elementos determinantes da estruturação dos espaços urbanos foram o resultado de razões econômicas como as que determinaram o acontecimento da cidade medieval?

Por um lado, discursos otimistas como o de Friedmann e Douglass veem as cidades como arenas de espaços e convivência, subsistência e transformação social,²² ou como o de Campbell que identifica uma “revolução democrática silenciosa”, em locais como a América Latina, relacionada com um sentimento de descentralização da governança, passando da escala nacional para a escala urbana.²³ Entretanto, de outro, discursos críticos veem o surgimento de formas fragmentadas e dispersas de cidadania urbana, constituídas por enclaves fechados e espaços exclusivos, muito próximas das organizações urbanas medievais. Neste segundo grupo aparecem formulações críticas como a de democracia territorializada, segundo uma “etnocracia urbana” com uma forma de governança marcada por divisões raciais e étnicas profundas (Yiftalchel e Yakobi),²⁴ ou de análise crítica do neoliberalismo, segundo as quais as ideologias do livre mercado que predominaram durante a década de 80. Essas formulações chamam a atenção para a forma pela qual projetos de renovação urbana conduzidos por interesses privados são acompanhados por um conjunto de políticas perversas que aceleram a remoção dos pobres das cidades, criminalizando-os em nome do desenvolvimento urbano (Harvey, D.; Smith, N.; Mitchell, D.).²⁵

Utilizando uma ferramenta analítica comparativa entre o medievo, o moderno e o contemporâneo, Alsayyad e Roy estabelecem um paralelo entre as cidades dessas diferentes épocas e atestam a permanências de fortes traços medievais na estrutura de nossas cidades atuais. Destacam três formações dos espaços urbanos medievais que entendem não só não terem desaparecido durante a modernidade, mas, pelo contrário, até mesmo terem se potencializado nos dias de hoje. Referem-se ao enclave fechado, à ocupação regulamentada e ao campo como formas do urbanismo medieval que se perpetuaram na modernidade e se radicalizaram na contemporaneidade, em função dos processos econômicos excludentes que se constituíram a partir da consolidação comercial medieval.²⁶

Se a análise de Alsayyad e Roy não é absolutamente precisa, ela é, pelo menos, fortemente indicativa. Não há dúvidas de que as cidades contemporâneas não se constituíram a partir de sensibilidades amalgamadoras públicas, mas sim, por razões determinadas por uma lógica capitalista privada. A miséria decorrente dos processos espoliativos capitalistas gerou os fluxos do campo para a cidade; induziu as exclusões/guetizações dentro da cidade; determinou as hipossuficiências de parcelas bem específicas da população da cidade em relação a problemas urbanos contemporâneos como desemprego, criminalidade, prostituição etc.

O caso brasileiro é muito sinalizador. Concordamos com Rattner que o processo de urbanização do Brasil é sintomático, especialmente se considerarmos que esses problemas urbanos se manifestam de

²² FRIEDMANN, J.; DOUGLASS, M. (eds.) **Cities for Citizens**. New York: John Wiley & Sons, 1998; EVANS, P. (ed.) **Livable cities?** Berkeley, CA: University of California Press, 2002.

²³ CAMPBELL, T. **The Quiet Revolution: decentralization and the rise of political participation in Latin American cities**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2003.

²⁴ YIFTALCHEL, O.; YAKOBI, H. *Control, resistance and informality: urban ethnocracy in Beer-Sheva, Israel*. In: ROY, A. e ALSAYYAD, N. (eds.). **Urban informality: transnational perspectives from the Middle East, Latin America and South Asia**. Lanham, MD: Lexington Books, 2004.

²⁵ HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Berkeley, CA: University of California Press, 2000; SMITH, N. **The new urban frontier: gentrification and revanchist city**. New York: Routledge, 1996; MITCHELL, D. **The right to the city: social justice and the fight for public space**. New York: Guilford Press, 2003.

²⁶ ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. **Modernidade Medieval**. Cidadania e urbanismo na era global, p. 107 e segs.

forma mais intensa nas áreas metropolitanas onde os fluxos migratórios internos são mais intensos.²⁷ Durante os últimos cinquenta anos, o crescimento urbano transformou e inverteu a distribuição da população no espaço geográfico brasileiro. Em 1945, a população urbana representava 25% da população total de 45 milhões. No início de 2000, a proporção de urbanização chegou a 82% do total de 169 milhões, estando nos dias atuais em patamares ainda mais altos. O Censo 2010 mostra também que **a população é mais urbanizada que há 10 anos**: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%. Em 2010, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em **situação rural**, contra 84,35% em **situação urbana** (160.879.708 pessoas). Em 2000, da população brasileira 81,25% (137.953.959 pessoas) viviam em **situação urbana** e 18,75% (31.845.211 pessoas) em **situação rural**.²⁸

Para se comparar internacionalmente, o **grau de urbanização** no mundo, há poucos anos, ultrapassou 50%. Na União Europeia, há desde países com 61%, como Portugal, até outros como a França, com 85% da sua população morando em região urbana. No BRIC, o Brasil é o que possui maior grau de urbanização, pois a Rússia tem 73%, a China, 47% e a Índia, apenas 30%. Os EUA possuem grau de urbanização pouco menor do que o do Brasil: 82%.²⁹

Essa urbanização rápida determinada pela lógica capitalista da concentração industrial e de serviços e, conseqüentemente, de seres humanos, tem transformado as cidades no oposto do que pensou Aristóteles – um lugar para viver bem. Há uma perda da identidade, do sentido de pertencimento a algum grupo, da solidariedade social, o que tem levado a um esboroamento dos espaços e ritos públicos e a uma inevitável solidão existencial e não cidadania dos rejeitados e marginalizados. Os mercados de trabalho funcionam como mecanismos de exclusão e destruição do indivíduo, da família e de comunidades inteiras. Em nome do progresso, implementa-se uma política de crescimento econômico perverso, gerando bens e serviços para um número relativamente pequeno de consumidores, com cada vez menor quantidade de trabalho. Milhões de trabalhadores são descartados do processo de produção e, em consequência, de um relacionamento significativo com o grupo de seus pares e com o mundo ao redor. O crescimento sem emprego está se tornando um padrão dominante das políticas econômicas oficiais, e o resultado é tensão social, violência e conflito, com uma expulsão progressiva de um crescente número de trabalhadores de uma vida socialmente produtiva e valorizada. A cidade contemporânea perdeu sua sensibilidade, que em outros tempos permitiu e potencializou a associação e a fusão de indivíduos em torno de espaços comuns de constituição da *civitas*.

No plano das liberdades e dos direitos fundamentais essa decadência civilizatória da cidade contemporânea, ciclicamente repetindo o declínio da cidade medieval, constitui-se num imenso obstáculo à concretização de uma série de direitos que, praticamente, na totalidade de seu conjunto, somente podem ser exercidos no âmbito citadino. Praticamente todos os direitos fundamentais, que estão positivados nos sistemas constitucionais de direitos, têm sua eficácia dependente de acessos dos indivíduos e grupos a determinados espaços urbanos. Quando tais espaços estão fechados a determinadas parcelas da população, correspondentemente seus direitos, que dependem desses acessos, tornam-se irrealizáveis. Como garantir o direito a uma boa educação se os espaços educacionais de qualidade na cidade são espaços exclusivos dos mais abastados? Como garantir a efetivação do direito ao trabalho se a cidade não oferece oportunidades para tanto? Como gozar do direito ao lazer, à cultura, ao desporto, à habitação, à saúde, a não ser cooptado pelo sistema criminal etc., se os espaços urbanos, legitimadores de políticas públicas que permitem a aproximação a estas condições qualificadoras da existência, estão fechados à maior parte da população, e sua abertura está relacionada a variáveis puramente econômicas?

5 Veredas de democratização da materialidade, da sociabilidade e da sensibilidade urbana

²⁷ RATTER, Henrique. Prefácio. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

²⁸ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>, acesso em 21/10/2013.

²⁹ Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2212.html>, acesso em 21/10/2013. Divergindo um pouco da pesquisa do IBGE, esta pesquisa da CIA aponta o Brasil com 87% de urbanização.

Da mesma forma como vem ocorrendo no Brasil, no planeta também está acontecendo um fluxo acelerado, em proporções jamais vistas, de urbanização. Entre 1950 e 2000, a população urbana do mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, mais do que triplicou, passando de 750 milhões para 2,9 bilhões de pessoas. Atualmente, a população urbana do mundo aumenta em 1 milhão de pessoas por semana e o ritmo deverá se acelerar segundo as Nações Unidas, que prevê uma população mundial de 8 bilhões de indivíduos em 2030 (a população urbana dos países em desenvolvimento deverá dobrar, passando de um pouco menos de 2 bilhões, em 2000, para cerca de 4 bilhões, em 2030). De acordo com essas mesmas previsões, 21 cidades contarão com pelo menos 10 milhões de habitantes em 2015. Estima-se que, por volta de 2050, dois terços da população mundial viverão nas cidades. A maior parte envolverá países em desenvolvimento, cujas cidades deverão acolher pelo menos 2 bilhões de habitantes a mais do que hoje.³⁰

Há uma hipertrofia urbana que nos países do sul agrava-se, comparada aos países do norte, em função da velocidade e da amplitude do processo, com um crescimento acelerado da pobreza e um rápido desenvolvimento de periferias empobrecidas. Esse crescimento urbano é caracterizado, essencialmente, pelo afluxo de populações pobres oriundas de migrações rurais para a cidade, repetindo o fenômeno medieval. Favelas nascem e crescem sem planejamento urbano, sendo quase sempre resultado de ocupações ou invasões ilegais de terrenos ainda disponíveis. Com frequência bastante alta, são lugares por excelência de insalubridade, violências urbanas, criminalidade, desigualdades etc.

É preciso, nesse aspecto, concordar com Rattner acerca de que o fenômeno da urbanização, entendido como crescimento urbano, como a maioria dos fenômenos sociais, apresenta efeitos paradoxais: economias de escala e externalidades parecem fornecer benefícios ilimitados e prosperidade, enquanto, ao mesmo tempo, tendem a produzir custos ambientais e sociais “ocultos”, dificilmente visíveis no início, mas desastrosos para a população e para o poder político a longo prazo. Os resultados, segundo ele, incluem uma deterioração constante da qualidade de vida, custos mais altos em infraestrutura, perda de eficiência da economia metropolitana, degradação de valores estéticos e, acima de tudo, o clima intolerável de desvio social, violência e perda de solidariedade.³¹

Precisamos urgentemente repensar a cidade, replanejá-la, ressensibilizá-la, religá-la, criando novas unidades inclusivas a partir de novos elementos sensíveis que desencadeiem novos fluxos de fusão entre seus habitantes. Como fazer isso. Não pensamos em prescrever alguma fórmula mágica, mas há alguns elementos desencadeadores da crise do espaço urbano contemporâneo que estão excessivamente visíveis, mas que a atuação de velhos modelos ou sistemas impedem sua mitigação.

No início deste trabalho, e para os seus fins, delimitamos uma concepção de cidade a partir das construções de Pesavento e Flusser, ambas convergindo para a necessidade de um elemento cultural, sensível como componente inafastável para a caracterização de uma cidade. Mas também em ambos encontramos a ideia de materialidade e de sociabilidade. Estas três dimensões parecem-nos fundamentais, sem prejuízo de outras, em qualquer análise que se pretenda formular sobre o espaço urbano.

A partir dessas extensões delimitadoras do que podemos compreender como cidade, entendemos ser possível estabelecer três grandes projeções para o enfrentamento dos problemas mais localizados dos espaços urbanos. Há problemas e soluções relativos à materialidade, à sociabilidade e à sensibilidade das cidades.

5.1 A materialidade das cidades e o sistema econômico capitalista

Em sua obra “A via para o futuro da humanidade”, Edgar Morin, no capítulo 2 da terceira parte, intitulado “Cidade e *habitat*”, aponta algo em torno de 16 prioridades a serem enfrentadas para a construção de uma cidade mais inclusiva. Todas as sugestões de Morin são bastante pontuais e pertinentes, estendendo-se a diferentes áreas de problemas hoje enfrentados pelas cidades, especialmente as de grande porte. Entretanto, em que pese a relevância de todas essas indicações, é preciso separar algumas macrossugestões, que podem afetar inúmeras outras, de propostas com repercussão mais localizada, cujo efeito seria mais específico em determinados campos de problemas.

Em relação à dimensão da materialidade, creio fortemente que a questão central a ser enfrentada diz respeito ao sistema econômico capitalista, elemento principal na geração da maior parte dos

³⁰ Cfe. NAÇÕES UNIDAS. Relatório do a demografia dos PED (países em desenvolvimento). In: **Info Project, Center for Communication Programs**, v. XXX, n. 4, outono 2002, série M, n. 16, EUA.

³¹ RATTER, *op. cit.*, p. 12.

problemas existentes no espaço urbano. Sobre o problema do modelo de produção da riqueza, Morin oferece a primeira proposta para pensarmos uma cidade mais inclusiva. Diz o pensador francês, e isto não é nenhuma novidade, “que seria preciso que a política pudesse colocar no centro de suas prioridades maiores o projeto de uma política de desenvolvimento econômico com a inserção social das populações desvalidas”.³² Uma grande parte, senão a maior parte dos problemas ligados à materialidade da cidade contemporânea resulta dos processos de segregação e exclusão econômica. Hipertrofia urbana por um movimento migratório do campo para a cidade; concentração de uma crescente população pobre em espaços bem determinados (guetização), sem a infraestrutura mais básica necessária a uma vida confortável (favelas e bairros pobres); criminalidade crescente nestas parcelas da população e nestes espaços urbanos, em função da sua vulnerabilidade socioeconômica e conseqüente maior possibilidade de cooptação pelo fenômeno criminal, seja organizado ou não; estigmatização desses espaços e da população que os habita pelas crescentes intervenções policiais ostensivas; falta de acesso à saúde e à educação de qualidade; expansão de um setor de economia informal ocupado fundamentalmente pela classe pobre; degradação ambiental e suscetibilidade às tragédias e desastres naturais em função da ocupação não planejada do território urbano, especialmente de zonas mais perigosas como margens de rios e encostas de morros. Estes são alguns, dentre outros problemas urbanos, que surgem em relação direta com o sistema econômico capitalista e as desigualdades por ele geradas.

Pensar a materialidade da cidade passa, necessariamente, por pensar o sistema econômico vigente; passa, inevitavelmente, por repensar as formas de redistribuição dos bens sociais materiais, especialmente a riqueza. Há uma necessidade mais que urgente em estabelecer processos de divisão civilizada e forçada da riqueza, sob pena de, em alguns anos, assistirmos a uma esclerose total do espaço urbano.

Um dado importantíssimo, referente à criminalidade, é revelador de uma grave causa dos problemas da cidade. O Brasil, atualmente, possui uma população carcerária que gira em torno de 550 mil presos, e apenas 3 delitos – todos relacionados ao acesso forçado à renda – são responsáveis pela prisão de aproximadamente 60% desse contingente: furto, roubo – ambos nas modalidades simples e qualificada – e tráfico de drogas. O aumento da população carcerária nos últimos 20 anos chegou à casa dos 251%, podendo ser maior se considerarmos os últimos 15 anos (algo em torno de 309%).³³ O que revelam esses dados. Se tomarmos em conta que a população carcerária é eminentemente pobre, eles nos mostram que a pobreza aumentou, que o sistema penal tem agido sobre a parte pobre da população e que a criminalidade, um dos principais problemas das cidades contemporâneas, está associada à miséria e às distorções sociais do sistema capitalista.

A cidade contemporânea, especialmente as do sul do planeta, onde os problemas antes elencados fazem-se mais evidentes e agudos, é o resultado de um modelo de produção da riqueza que começou a ser gestado na Idade Média, e que hoje se apresenta em sua forma mais radical. Os problemas da cidade dos países em desenvolvimento são, em sua maior medida, problemas gerados pelo capitalismo. Sem alterar este modo de produção, ou, no mínimo, reduzir os seus impactos, através de políticas contundentes de redistribuição de renda, ficaremos a fazer buracos n’água, como tem acontecido com a maior parte das teorias e propostas de sustentabilidade, cujas proposições permanecem quase que totalmente arraigadas ao sistema de produção capitalista, atendendo a uma lógica como a de Lampedusa, de que as coisas precisam mudar para ficar como estão.³⁴

5.2 Uma sociabilidade política rizomática para um novo modelo de tomada de decisões coletivas

A dimensão da sociabilidade, apontada por Pesavento como constituinte da cidade, converge, em parte, com a dimensão política de Flusser (a praça pública, a ágora). Além da dimensão privada de nossas relações com o outro, elemento fundante de nossas cidades imaginárias, invisíveis, a cidade se constitui a partir da esfera pública de constituição dos espaços de tomada de decisões coletivas. São nos espaços e tempos de nossas sociabilidades públicas que as principais decisões, que afetam a todos, são tomadas. É a permanência do grande legado político grego.

³² MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 254.

³³ Ver a respeito www.mj.gov.br e NASCIMENTO, André. Apresentação à edição brasileira. In: GARLAND, David. **A Cultura do Controle**. Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 19

³⁴ Uma bem estruturada crítica aos diversos sentidos da sustentabilidade, inclusive com o apontamento acerca da relação de proximidade entre algumas concepções de sustentabilidade e a manutenção do sistema produtivo capitalista, está em ACSELRAD, Henri. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A Duração das Cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

O modelo de sociabilidade política hegemônico no ocidente é o modelo da árvore, fixado num ponto e numa ordem, o Estado, como centro estrutural e funcional de significação e controle, que desconhece múltiplidades. Ele constitui-se sobre um eixo genético, com uma estrutura profunda. Algo como uma unidade pivotante objetiva sobre a qual se organizam estados sucessivos.

As relações estabelecidas neste modelo são binárias – Estado/sociedade civil – e se agudizaram contemporaneamente em função de processos oligarquizados de tomadas do espaço público estatal por corporações que se encontram completamente distanciadas do restante do corpo social. O modelo arborescente estatal constitui-se num paradigma definidor de ações sociais altamente internalizador, segundo uma lógica vertical e hierarquizada, a partir da Constituição como eixo de significância e de uma dinâmica que se dá através das competências dos agentes públicos.

Os processos decisórios públicos estabelecidos sobre esse modelo possuem pouquíssimas ou nenhuma entrada para a sociedade civil. As decisões políticas são o resultado das ações topológicas de uma unidade superior que funciona sobre ligações preestabelecidas e preexistentes aos indivíduos que nela se integram em lugares precisos de significância e subjetivação. Esse modelo é uma estrutura composta por pontos e posições que se reproduzem, quase sem variações, autopoieticamente, por comunicações fixadas hierarquicamente.

Concretizando um pouco mais essas ideias sobre o modelo arborescente de sociabilidade política da cidade, no que tange aos seus processos decisórios públicos, pensemos que as deliberações que se coagulam na cidade são o resultado de um percurso verticalizado que parte da Constituição Federal como eixo de significação e de subjetivação, e, a partir daí, se escoia pelo sistema federativo através de suas diferentes instâncias pseudodescentralizadoras, que, em verdade, apenas reproduzem o que já está predeterminado hierárquica e centralizadamente desde cima, até chegar nos lugares de poder municipal que cristalizam toda essa lógica no seu estágio final.

As decisões públicas acerca da cidade continuam sendo tomadas em espaços fechados com ínfimas entradas para a sociedade civil, como prefeituras e câmaras de vereadores, integrados ao sistema central através das oligarquias político-partidárias. Válvulas de oxigenação do sistema arborescente estatal são praticamente inexistentes. Pensemos, nesta lógica, que o máximo que a sociedade civil tem conseguido é uma ínfima participação através dos orçamentos participativos e, em uma intensidade menor ainda, através dos Conselhos Municipais, ambos bastante influenciados e manipulados pelo sistema partidário.

Considerando que todo o sistema sofre de uma esclerose múltipla decorrente da sua oligarquização, da corrupção, da falta de preparo dos agentes políticos para exercerem suas funções, das múltiplas alternativas criadas pelos próprios presentificadores do modelo, que cada vez mais criam engenhosidades políticas para sua manutenção, bem como do alto custo de manutenção do sistema estatal decisório que restringe enormemente a reversão dos bens públicos em favor da própria sociedade civil, temos que admitir que quaisquer modificações, radicais e efetivas, que possam ser projetadas, para um melhor funcionamento dos processos de tomada de decisão coletiva na cidade, estão navegando em uma área de total impossibilidade.

Precisamos pensar, urgentemente, em algum novo modelo totalmente diverso desse modelo estatal hierarquizado e centralizador. Cremos numa alternativa, onde as decisões decorram, não mais de um tronco significativo e objetivador, mas de um rizoma que conecte um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços remeta a traços de mesma natureza, sem se deixar reconduzir reprodutivamente à unicidade do modelo estatal.

Esse modelo rizomático de tomada de decisões coletiva na e para a cidade deve ser pensado e organizado não em unidades hierarquicamente dispostas, mas em dimensões ou direções movediças, sem começo nem fim, num plano de consistência do qual a unidade ou o uno é subtraído.

As comunicações nesse modelo rizomático devem se dar por linhas de segmentariedade, de estratificação, mas também por linhas de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual a multiplicidade se metamorfoseia. Nesse sistema acentrado não hierárquico e não significativo, sem instâncias significadoras nucleares, sem memória organizadora ou autômato central, a dinâmica informativa dar-se-á por circulação de estados através de uma multiplicidade de devires, de agenciamentos sobre fluxos semióticos, materiais e sociais. Precisamos criar possibilidades de deslocamentos decisórios nômades em substituição ao modelo estatal sedentário.

Concretizando um pouco mais, cremos na imperiosa necessidade de eliminação das câmaras de vereadores, nos moldes em que estão institucionalizadas e funcionalizadas, do sistema de tomada de decisão coletiva municipal, ou, no mínimo, uma drástica redução de funções e de seus gastos. As câmaras

municipais não possuem uma função cuja importância justifique suas manutenções, especialmente em função da crescente “profissionalização” oligarquizante pelas quais estes espaços, que deveriam ser comunitários, têm passado nos últimos tempos.

Em sentido contrário, concomitantemente, é preciso desencadear um processo de organização e empoderamento da sociedade civil nas cidades, reforçando o papel dos Conselhos Municipais e alargando a participação neles dos mais diversos setores representativos das diferentes camadas socioeconômicas ou grupos sociais de interesse localizado, garantindo-se uma proporcionalidade mínima em que todos estejam representados. Neste aspecto, razão assiste a Morin, para quem

Nos países em desenvolvimento, encorajados pelos movimentos de democratização e pela multiplicação das reivindicações populares, o crescimento das associações e a emergência de uma sociedade civil organizada permitiram tornar mais concreta a democracia participativa. Além desse movimento de democratização horizontal, nota-se, igualmente, que evoluções verticais provocaram o estabelecimento de estruturas e de dispositivos que favorecem uma democracia deste tipo. Além disso, as injunções das instituições internacionais voltadas para a “boa governança”, bem como a ênfase colocada no reforço da associação de empresas e da conciliação entre todos os atores do desenvolvimento, favoreceram a efetivação de abordagens participativas.³⁵

Também de alto impacto na reconstituição do espaço urbano, em termos de sociabilidade política, será a radicalização das participações populares nas decisões acerca das alocações das verbas públicas. Estes processos de democracia participativa, já existentes timidamente na sociedade brasileira, devem ser potencializados, como forma de substituição das tomadas de decisão orçamentárias centralizadas, como ocorre atualmente, ou pessoalizadas como no caso das emendas parlamentares agora tornadas de cumprimento obrigatório. É preciso pensar fórmulas em que a atuação dos partidos políticos fique minimizada nestas esferas decisórias populares.

Por fim, nesse aspecto da sociabilidade política, será também bastante relevante, para uma revitalização dos espaços urbanos, um movimento de descentralização que permita uma transferência significativa de competências e recursos para as coletividades territoriais, mais especificamente para as cidades e para as comunidades rurais. É preciso que assumamos as graves distorções das quais padecem os sistemas políticos centralizados, nos quais as competências e os recursos estejam majoritariamente concentrados nas instâncias federais ou estaduais. Ao disporem de novas competências, de novas responsabilidades e de novos recursos, as coletividades locais devem encorajar os processos de conciliação com seus administrados, não apenas para responder melhor às suas necessidades materiais, mas, igualmente, para assegurar uma coesão social no seu espaço de administração.

Por outro lado, agrego-me a Morin acerca da necessidade da multiplicação dos atores sociais que agem na cidade, no bairro ou na comunidade rural, pois isso complexificará a gestão do território, tornando os limites das competências cada vez mais fluídos. A partir daí, a conciliação local surge como uma necessidade para administrar pacificamente e com coerência.³⁶ Essa redistribuição de competências e recursos justifica-se por vários motivos, notadamente pelo fato de que a proximidade entre sociedade civil e poderes públicos na cidade é imensamente maior que a que se estabelece nas esferas estadual e nacional. Também temos que considerar que o custo da manutenção do sistema democrático precisa ser urgentemente implementado, e esta transferência, sem dúvida, será uma de suas principais condições de possibilidade.

5.3 Uma cidade sensível para religar os sentidos no espaço urbano

Sobre esse terceiro eixo de compreensão e constituição da cidade, a sensibilidade, depositamos, de início, duas anotações: primeira, esta é uma das dimensões constitutivas do espaço urbano que a política mais tem desprezado. Tal postura deve-se, por um lado, pelo total desconhecimento de administradores e políticos em relação à importância do ingrediente da sensibilidade nos processos históricos de conformação de cidades onde se desenvolveram processos civilizatórios que resultaram em qualidade de vida, tanto no âmbito privado quanto público. Por outro, partindo da hipótese de que políticos e administradores vinculados a um sistema arborescente saibam da importância do elemento sensível para a constituição da cidade, o que não cremos como muito factível, não temos como evitar o fato de que o desprezo da sensibilidade do espaço urbano para níveis ínfimos de importância seja o

³⁵ MORIN, *op. cit.*, p. 255.

³⁶ MORIN, *op. cit.*, p. 255-256.

resultado de um avassalador predomínio de uma lógica capitalista na determinação do conjunto de valores determinantes das ações sociais dirigidas à elaboração da cidade.

Não tenho dúvidas de que estão cobertos de razão Lévi-Strauss, Pesavento e Flusser quando apontam a existência de uma imaterialidade cultural como elemento constituinte da cidade. Há espaços que são mais do que prédios ou esquinas, luzes ou sombras, verde ou concreto. Os mesmos espaços materiais são os espaços de sociabilidade, de atribuição de sentidos e valores a um mundo que chamamos cidade. Sobre a materialidade e sobre a sociabilidade, a partir das emoções e sentimentos produzidos existencialmente, criamos imagens e discursos, produzimos pensamento, e por ele construímos, uma cidade imaginária, uma cidade sensível que é, conforme as palavras de Pesavento “aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa da cidade*”.³⁷

Ao elaborarmos imagens e discursos sobre a cidade, ao atribuímos sentido aos seus espaços e tempos, não estamos simplesmente representando o mundo urbano: estamos, permanentemente, construindo espaços novos e reconstruindo os velhos; estamos nos ligando e religando à cidade. Assim como o livro, para Deleuze, não é a imagem do mundo, segundo uma crença enraizada, pois ele faz rizoma com o mundo numa evolução paralela entre livro e mundo,³⁸ nossas imagens e discursos, nossos pensamentos sobre a cidade não são, também, uma mera representação da cidade. São rizomatizações, são evoluções paralelas, são desterritorializações que estamos fazendo do mundo, criando mundo, criando cidade, cidades imaginárias, invisíveis, sem as quais a materialidade fica mergulhada num vazio de sentido. Mas em movimentos contínuos às nossas desterritorializações, a cidade opera novas territorializações de nossas imagens, de nossos discursos, de nossos pensamentos, que se desterritorializam em si mesmos na própria cidade.

Em nossas construções invisíveis da cidade não há mimetismos, pois este fica muito aquém de todas as possibilidades rizomáticas dos pensamentos e imagens que fazemos sobre os temporais de nossa infância, pois busca, incessantemente, numa lógica representativa e binária, unir dois fenômenos completamente diferentes, destruindo a potência criadora de um deles.

A cidade é um fora, com a qual, através de nossos pensamentos, imagens, discursos, versos, música etc., fazemos rizoma, nos rompemos, nos alongamos, nos prolongamos, nos revezamos em segmentações e fugas, conjugando fluxos desterritorializados, estabelecendo novos pontos em infinitas direções, aumentando nosso território por desterritorializações.

O que aqui é importante colocar é que a cidade, sem essa dimensão sensível, não se constitui num lugar habitável, prenhe de sentidos e possibilidades existenciais. Somente a materialidade, somente a sociabilidade privada e pública, isto nos faria esquizofrênicos. Além dessas dimensões, temos o direito fundamental a uma cidade sensível, com espaços e tempos que nos possibilitem a aproximação ao verdadeiro sagrado, aos laços imponderáveis que asseguram o cimento re-ligiosamente imanente de uma aura misteriosa, de uma “*égrégora*”, de um “*habitus*” assentado sobre uma maneira de ser que funda uma espécie de familiaridade com o entorno natural e social, vivida antes de ser pensada ou teorizada.

Precisamos pensar em espaços e tempos de potencialização de situações da vida cotidiana. Precisamos potencializar os lugares e jogos de nossa infância, os cenários de nossas primeiras e contínuas emoções, as experiências e afetos de nossas aprendizagens, as formas de comunicação sensível não verbal, ou seja, tudo que por sedimentações sucessivas estrutura laços de solidariedade orgânica sem a qual não há sociedade nem cidade possíveis.

A modernidade, por seus fluxos de subjetivação individualista, e o capitalismo, por sua objetividade econômica, apagaram quase que em sua totalidade essas possibilidades de arraigamento em territórios e cargas simbólicas afetivas. O lugar e suas nostalgias, seus odores e sabores estruturam o indivíduo e os grupos num presente de intensidades trágicas, onde o universal, nos moldes modernos, deixa de ser o mais importante, assumindo relevância em seu lugar o particular local pelo que tem de carnal, de afetual, de essencialmente simbólico e sensível.

Quando evocamos nossas sensações pessoais realçamos o fato de que inobstante a existência da materialidade das cidades, das possibilidades de sociabilidade que nelas estão latentes, há uma sensibilidade por nós desenvolvida nos espaços urbanos que constituem nossas cidades invisíveis, que nada mais são do que nossas aberturas e refúgios de conforto existencial. Sem possibilidades de criarmos

³⁷ PESAVENTO, *op. cit.*

³⁸ DELEUZE, *op. cit.*, p.28.

e desenvolvermos estes espaços imaginários e sensíveis, as cidades são não lugares para nós, assim como são todos os *shoppings* ou os aeroportos.

A forma da cidade, por sua estrutura gerada por uma justaposição de elementos materiais, sociais e sensíveis, permite a aquisição de um valor estético e imaginário que constitui sua força de atração em relação aos indivíduos e aos grupos que nela habitam, criando espaços existenciais onde se concretiza a cidadania. É na forma da cidade, na interação de suas três dimensões, que há uma distinção do paroxístico, do excesso, pela acentuação, pela caricaturização, pelo sobressaimento do invisível e do subterrâneo que constituem a sensibilidade existencial que desenvolvemos em relação a estes espaços, e que, ao longo de nossas vidas, demonstram-se como incontornavelmente vitais nos processos de atribuição de sentido aos seres humanos.

6 Precisamos instituir nossos orixás, instrumentalizar nossos cultos e construir nossos templos. Instrumentos para a concretização do direito a uma cidade sensível

Italo Calvino, em sua obra “Os Deuses da Cidade”, nos diz que é preciso interrogar “os deuses da cidade”. É preciso, diz ele, buscar os elementos comuns que distinguem uma cidade da outra.³⁹ Tal como os antigos que buscavam o espírito da cidade invocando os nomes dos deuses que presidiam a sua fundação, ou como algumas nações de candomblé, cujo culto a algum orixá estava relacionado a alguma cidade,⁴⁰ precisamos exercer uma espécie de despojamento do olhar, identificando, simplificando e reduzindo a multiplicidade de traços que uma cidade oferece para dizer quem é. Uma cidade se individualiza com relação às outras, ela personifica atitudes e modos de existir, dos homens e do meio ambiente, transformando-se no tempo, alterando a superfície do seu espaço. Perguntar aos deuses ou orixás é instituir os caminhos para conhecer a cidade, os caminhos da cidade sensível, das múltiplas cidades que convivem na mesma cidade, conforme indica Calvino, em sua poética “As Cidades Invisíveis”.⁴¹

Mas como perguntar aos deuses das cidades modernas e contemporâneas? Eles ainda existem ou foram substituídos pelo Deus do Capitalismo ou pelo grande Deus Estado?

Creio que essas alegorias são importantes na medida em que nos permitem identificar a falta do elemento sensível, cultural, na esmagadora maioria das cidades contemporâneas. Perdemos o *habitus* dos ritos públicos, dos ritos fundadores dos alicerces sensíveis e espirituais de nossas cidades e, com isso, perdemos os elementos de solidariedade e de atração das singularidades aos espaços e tempos da cidade. Os “deuses” do capitalismo e do Estado altamente centralizado devoraram os deuses da cidade. A organização, a distribuição e o aproveitamento do espaço urbano têm sido determinados quase que exclusivamente por critérios econômicos ditados pelo modo hegemônico de produção da riqueza, além dos ditames oriundos das esferas centralizadas e hierarquizadas do sistema arborescente estatal federativo.

Um pequeno comentário sobre o Estatuto da Cidade, lei que aportou em nosso sistema jurídico desde 2001, e pela qual se nutria uma grande esperança de inovação política e legislativa. Esta lei nasceu com os olhos fechados para qualquer ideia de cidade sensível. O controle social do Estado sobre as ações políticas direcionadas à cidade, previsto no art. 2º, em seus 17 incisos, refere-se quase que exclusivamente a questões relativas à materialidade do espaço urbano. O mais próximo que chegou da previsão de ações dirigidas ao plano sensível, espiritual, cultural foi no inciso I, quando expressa que entre as diretrizes gerais consta o direito à cidade sustentável, entendida, entre outras concepções, como o direito ao lazer. Também poderíamos apontar, como outro elemento desta lei dirigido a ampliar os espaços sensíveis urbanos, a previsão da gestão democrática da cidade, inserida no art. 2º, II e, mas adiante, no Capítulo IV, com 3 artigos, cujas disposições, um tanto quanto genéricas, jogam a responsabilidade de instrumentalização desses processos de tomada de decisão coletiva para o âmbito público municipal. No mais, o Estatuto da Cidade é uma legislação mais preocupada com a materialidade da *urbe* do que com qualquer outro aspecto ou dimensão.

Não acreditamos que essa legislação possa modificar radicalmente o espaço urbano no Brasil, pois o elemento central, sagrado, religioso das cidades – os espaços culturais sensíveis – não é tratado de

³⁹ CALVINO, Italo. **The gods of the city: monumentality and the city.** In: *The Harvard Architectural Review*. Cambridge, v. 4, 1984, p. 6.

⁴⁰ Ver a respeito da relação entre os orixás e as cidades PAI CIDO DE OSUM EYIN; EUGENIO, Rodnei Willian. **Candomblé. A panela do segredo.** 2. ed. São Paulo: Editora ARX, 2008.

⁴¹ CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

forma mais aprofundada, ficando sua instrumentalização relegada à discricionariedade absoluta dos agentes políticos, os quais priorizam, por razões eleitorais, a materialidade explícita de grandes obras.

Talvez o maior exemplo dessa nova lógica que guiou as construções dos espaços urbanos contemporâneos seja Brasília. Aparentemente, uma cidade com inúmeros requisitos para o exercício da cidadania no espaço urbano, mas, essencialmente, uma cidade com blocos imóveis isolados, largas avenidas destinadas aos fluxos de automóveis e outros veículos, amplas áreas verdes, um lago artificial enorme, mas, por outro lado, uma cidade desumana, com espaços de convivialidade restritos às classes abastadas que transitam pelos corredores do poder ou dos altos escalões do serviço público, enquanto a periferia trafega por espaços sem qualquer planejamento e sem qualquer possibilidade de construir uma identidade cultural que a ligue visceralmente a um espaço existencial urbano.

A cidade não é, como bem aponta Morin, Lévi-Strauss, Pesavento, Flusser e outros tantos, uma simples projeção territorial baseada em relações socioeconômicas. No debate sobre a cidade, o reconhecimento da existência de uma espacialidade anterior à do espaço urbano exige que se leve em conta os mitos fundadores. Certamente, não se trata dos fantasmas do arquiteto ou do investidor, mas de suas ideias, que participam de uma finalidade social ou até mesmo a insuflam. Se a cidade é uma entidade material, um constructo socioeconômico, uma narrativa que permite a articulação entre os dois, refletir sobre a cidade do amanhã resulta de uma providência cultural destinada a encontrar os fundamentos de um laço entre o local e o global, o contexto urbano e o contexto natural, a exigência de mobilidade e a identidade para todos.⁴²

Temos que parar de pensar no controle estatal da configuração do espaço urbano em termos meramente materiais, infraestruturais, e passarmos a pensá-lo a partir de seus habitantes em sua pluralidade e na imperiosa necessidade do estabelecimento de laços amalgamadores, re-ligadores para a criação de espaços de bem viver solidários.

Para isso, precisamos (re)criar nossos deuses, nossos orixás, de forma um pouco menos universal, priorizando uma imanência local. Provavelmente, não mais os deuses dos antigos, seus ancestrais mortos enterrados dentro de suas propriedades privadas e cultuados em altares dentro das propriedades, mas deuses de uma sensibilidade imanente, deuses estéticos, deuses lúdicos, deuses culturais.

Se nossas cidades estão sofrendo as pancadas de uma crise instalada pelo capitalismo, pela sociedade industrial e por uma ingerência totalitária das organizações políticas centralizadas que usurpam as comunidades em seus recursos e as direcionam para formas de estruturação complementemente desumanas e excludentes, precisamos pensar em tornar nossos territórios citadinos mais atrativos pela renovação dos tecidos econômico, político e sensível.

As grandes cidades sempre foram espaços de manifestação da singularidade e da criatividade. As grandes cidades sempre se constituíram como tais por peculiaridades ligadas a espaços de sensibilização cultural. Lembrar-se de Nova Iorque é lembrar do jazz, da Broadway; falar de Paris é falar de seus pintores, de seus poetas; pensar em São Paulo é pensar no Movimento de 22, da Bienal, de Mario ou Oswald de Andrade; as imagens do Rio são as imagens do samba de Cartola, da Bossa Nova de Tom Jobim ou da poesia de Vinícius de Moraes, todas fundidas na materialidade sensível dos Arcos da Lapa. Para corroborar isso, basta lembrar que a invenção do tango na Buenos Aires do século XIX, assim como a criação do candomblé e o samba pelos negros brasileiros, foram formas de emergência de uma sensibilidade diante da tragédia da vida que se apresentou aos negros que viviam em condições materiais sub-humanas na Argentina e no Brasil. Os negros, através dessas construções culturais sensíveis, reinventaram sua própria existência através de espaços de sensibilidade nos “conventillos” portenhos ou nos quilombos e senzalas brasileiros. Através destas manifestações estéticas criaram suas cidades sensíveis, uma grande alternativa de sobrevivência contra uma conspiração do mundo da vida praticamente insuperável sem esses artifícios existenciais vitais, totalmente espontâneos, sem qualquer espécie de controle social institucionalizado.

As cidades só podem ser cidades em sua sensibilidade. A cidadania só pode ser cidadania numa cidade sensível. Fora disso, somos uma população como dados estatísticos para atos de governamentalidade. Precisamos recriar simbolicamente os espaços da cidade, renovar nossos círculos contemporâneos, estimular o enraizamento territorial das criações culturais como forma de instauração de uma “re-ligação” dos tempos atuais. Precisamos, utilizando a expressão de Vivant, de cidades criativas,⁴³ um dos poucos caminhos possíveis e restantes para reinventar a cidadania estraçalhada pelas cidades

⁴² MORIN, *op. cit.*, p. 250.

⁴³ Ver a respeito VIVANT, Elsa. **Cidades Criativas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

industriais, cidades de negócios, cidades do Estado. Cidade criativa, cidade espontânea, cidade estética e sensivelmente livre, o mais distante possível de controles institucionalizados. Cidade sensível que significa espaço urbano lotado de lugares de convivência estética, sob as mais diferentes formas artísticas e culturais, como caminho e possibilidade para que a cidadania retorne ao seu lugar de origem, a cidade, sobrepondo-se ao sentido até aqui dominante na modernidade, o de cidadania no Estado-nação.

Lamentamos, como oriundos dos bancos escolares de faculdades de Direito, que nosso ramo de conhecimento não só tenha pouco ou quase nada a colaborar com a instituição destes espaços vitais para a concretização da cidadania na cidade, mas, num sentido contrário, tenha sido o instrumento histórico de exclusões e distorções em relação a todas as dimensões sobre as quais se estrutura a cidade.

Referências

ACSELRAD, Henri. Introdução. In: AXSELRAD, Henri (org.). **A Duração das Cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A Duração das Cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. **Modernidade Medieval**. Cidadania e urbanismo na era global. Trad. Joaquim Toledo Jr. In: *Novos Estudos*, n. 85, novembro, 2009.

BEDIN, Gilmar. **A Idade Média e o Nascimento do Estado Moderno**. Aspectos Históricos e Teóricos. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **The gods of the city: monumentality and the city**. In: *The Harvard Architectural Review*. Cambridge, v. 4, 1984.

CAMPBELL, T. **The Quiet Revolution: decentralization and the rise of political participation in Latin American cities**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2003.

COULANGES, Foustel. **A Cidade Antiga**. 1. ed. 4 reimp. 2V. v. 1. Curitiba: Juruá, 2008.

CUEVA, Mario de la. **La Idea del Estado**. 5. ed. México: Fondo de Cultura Económica/Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

FLUSSER, Vilém apud FREITAG, Bárbara. **Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

FRIEDMANN, J.; DOUGLASS, M. (eds.) **Cities for Citizens**. New York: John Wiley & Sons, 1998; EVANS, P. (ed.) *Livable cities?* Berkeley, CA: University of California Press, 2002.

HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Berkeley, CA: University of California Press, 2000; SMITH, N. *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. New York: Routledge, 1996.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Trad. Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

JAEGGER, Werner. **Paideia**. A formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Buenos Aires: Paidós, 1988.

MITCHELL, D. **The right to the city: social justice and the fight for public space**. New York: Guilford Press, 2003.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MUMFORD, L. **The city in the history**. New York: Harbinger Books, 1961.

NASCIMENTO, André. Apresentação à edição brasileira. In: GARLAND, David. **A Cultura do Controle**. Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

PAI CIDO DE OSUM EYIN; EUGENIO, Rodnei Willian. **Candomblé**. A panela do segredo. 2. ed. São Paulo: Editora ARX, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, versão on line, vol. 27, n. 53. São Paulo, janeiro/junho, 2007.

PIRENNE, H. **Medieval Cities**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1925.

RATTER, Henrique. Prefácio. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

VIVANT, Elsa. **Cidades Criativas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. 12. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

YIFTALCHEL, O.; YAKOBI, H. **Control, resistance and informality: urban ethnocracy in Beer-Sheva**, Israel. In: ROY, A. e ALSAYYAD, N. (eds.). **Urban informality: transnational perspectives from de Middle East, Latin America and South Asia**. Lanham, MD: Lexington Books, 2004.

Acessado em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

Acessado em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2212.html>

Acessado em: <https://www.mj.gov.br>

Recebido em 06 de novembro de 2013

Aceito em 03 de dezembro de 2013